

POLÍTICAS DE GESTÃO ATUADAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EIXO TEMÁTICO: 03

TIPO DO ESTUDO: PP

Gilton Francisco Sousa de, ANDRADE

Gilton.andrade4@gmail.com

Estudante de doutorado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Flávia Faissal de, SOUZA

Flaviasouza.uerj@gmail.com

Professora da Educação Superior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

RESUMO: A gestão escolar tem papel fundamental nas áreas administrativas e pedagógicas da escola pela relevância de suas atribuições e destaque na estrutura organizacional. Por sua importância, desempenha função política interna e externa, junto à comunidade escolar e aos órgãos intersetoriais. Nesse contexto, em se tratando de gestão, este trabalho teve como objetivo analisar como as diretrizes políticas explicitadas no documento Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024, construído anualmente, são atuadas no contexto da gestão escolar no tocante a organização e oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE, considerando as traduções e interpretações das políticas nacionais e municipais. Para isso, alguns documentos político-normativos serviram de referência para este estudo, desde o âmbito federal e municipal até o escolar. Como fonte teórica, nos pautamos na Teoria de Atuação Política de Stephen Ball e seus colaboradores. Diante do trabalho realizado é possível inferir que a gestão escolar tem atuado na organização do AEE, de modo a assegurá-lo para os alunos com deficiência, mesmo o atendimento, geralmente, ocorrendo no horário da aula regular, tendo em vista as condições de vida desses alunos, a logística de transporte escolar, dentre outras situações. No tocante ao trabalho entre a professora do AEE e a professora regente,

há fragilidade na sua execução devido à falta de tempo para o planejamento, afetando a atuação pedagógica em ações integradas.

Palavras-chave: atuação do diretor. valorização das diferenças. participação política.

1 INTRODUÇÃO

O texto em tela representa um recorte da pesquisa de doutorado, em andamento, desenvolvido de forma colaborativa com uma escola da rede pública de ensino de Duque de Caxias, município da região da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo é analisar as políticas atuadas no campo da gestão escolar, com foco na escolarização dos alunos público da educação especial. Esta escola oferta educação infantil, ensino fundamental I, educação especial e classe especial de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola com a qual a pesquisa foi desenvolvida tem mais de cem anos de constituição, com uma história marcada por muita luta, insistência, resistência e comprometida com a educação de crianças, jovens e adultos do município. Após anos de existência, além de contribuir com a formação de muitos sujeitos ao longo do tempo, também permanece a cultura da relação próxima com a comunidade tanto nas atividades cotidianas como nos momentos de eventos e festividades que a escola constrói. Assim, a memória do passado que une o presente “envolve interpretar como manter vivos alguns princípios que deram vida e razão de existência à escola que sobreviveu ao desgaste do tempo, ao esquecimento e aos poucos recursos financeiros destinados à educação” (Mignot, 2021, p. 25).

Podemos inferir que a sua fundadora é símbolo da história escolar, por seu posicionamento de alteridade em prol da coletividade e não de interesses individuais como também pela sua preocupação permanente com a educação de crianças sob condições vulneráveis social e econômica. Ela corroborou com práticas pedagógicas inovadoras à época e esse legado não deve ser esquecido (Mignot, 2021). Nesse sentido, na escola existe um espaço destinado ao museu, que colabora para manter viva a memória escolar em seus diversos aspectos: estruturais e valorização do trabalho humano na relação com o outro.

O território de sua localização, trata-se de um espaço urbano com infraestrutura e áreas de periferias, com problemas de saneamento básico e de vulnerabilidade social, que indicam contradições sociais (Soares et al., 2022). Nesse sentido, em nosso entender, consideramos ser importante trazer alguns indicadores do Município de Duque de Caxias: população de 808.161 habitantes (Brasil, 2022) e Produto Interno Bruto (PIB) de R\$57.170,07, que representa o 4º no ranking do

Estado do Rio de Janeiro. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) em 2010, estava em 0,711, conforme dados do IBGE.

Após essa breve menção sobre a escola e o território de sua localização, informamos que iniciamos o estudo no espaço escolar em 07/03/2023. A pesquisa que estamos desenvolvendo faz parte de um projeto coletivo composto por doutorandos, mestrandos e alunos da iniciação científica. Em face disso, os trâmites legais no tocante à submissão do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, bem como aqueles relacionados aos órgãos do município da escola foram conduzidos pela coordenadora do “projeto guarda-chuva”.

Ainda sobre a pesquisa com a escola, consideramos importante informar que ela transcorreu de forma dialógica e respeitosa. A relação ética que tivemos com os seus sujeitos nos possibilitaram uma participação integrada na análise dos dados, ao mesmo tempo que lhe sinalizamos o mapeamento de 120 políticas atuadas na escola, sendo que desse total, mapeamos cerca de 10 políticas na área da gestão. Uma delas trouxemos para este trabalho, que explicitamos na parte do método deste texto.

No tocante à política, torna-se importante entendê-la como participe do cotidiano escolar, por isso, em nossa concepção, deve haver compromisso de seus membros em serem atuantes, sujeitos ativos de suas discussões. Para Ball (1994), a política não está apenas a nível do Estado, mas a escola também representa uma arena de disputas. Pela sua complexidade e por sua natureza interdisciplinar a política denota um significado coletivo, pois há muitas pessoas interessadas nela, desde antes de sua construção. Em entrevista concedida a Mainardes (2015, p.162), Ball diz que “política é um processo social, um processo relacional, um processo temporal, discursivo. É um processo revestido de relações de poder, é um processo político”.

Dito isso, enunciamos o gestor escolar, como líder da gestão, que pelo cargo ocupado na estrutura organizacional da escola representa um elo de comunicação com toda a comunidade interna e com os órgãos externos. O escopo de seu trabalho abarca tanto aquele referente à esfera administrativa quanto à pedagógica. Para Paro (2009, p.465), “do mesmo modo que a administração enriquece a prática pedagógica, provendo-a de racionalidade na busca de fins, a prática administrativa pode ser enriquecida pela relação pedagógica, na medida em que esta seja entendida como prática democrática”. O aspecto democrático, trata-se de um ponto

importante trazido pelo autor, pois o gestor escolar pode potencializar a participação de sua comunidade nas demandas e decisões escolares.

Ainda sobre o prisma democrático, cabe ressaltar que os diretores do município com o qual pesquisamos, são eleitos por meio de votação da comunidade escolar. Isso está disposto no artigo 1º do Decreto, de 11 de maio de 2015 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2015), que informa: “O processo de escolha democrática para Diretores, Vice-Diretores ocorrerá em todas as Unidades Escolares Municipais, aplicando o princípio da unicidade realizada pela escolha das chapas”. Em face disso, salientamos que a eleição direta pelos membros escolares não garante que o vencedor do pleito aja de forma democrática. Nesse sentido, vale destacar que “a democracia não é algo que se atinge em determinado momento histórico, pois esta é uma possibilidade, sendo que a eleição de diretores não é a democracia, mas um momento de democratização” (Schneckenenberg, 2009, p.127).

Contudo, consideramos a democracia o eixo central para que o gestor escolar possa avançar em ações integradas ao trabalho pedagógico, nas quais as relações de ensino possam potencializar o indivíduo na sua participação coletiva e social no contexto da escola. Pois, “se a educação se realiza de fato, realiza-se em alguma medida a democracia, ou seja, a constituição de sujeitos” (Paro, 2010, p.775).

Isto posto, a escola pública, de uma forma geral, deve ser o espaço da diversidade. Sendo assim, podemos trazer para o debate as políticas de educação inclusiva. Compreendemo-la como um ato político. O que nos leva a considerá-la no espaço e tempo, dentro de um contexto, em que pessoas com deficiência e sem deficiência possam estar na sala de aula regular aprendendo juntas. De acordo com Pletsch et Souza (2021, p.1298):

a educação inclusiva é um paradigma de política pública que, imerso nos pressupostos dos Direitos Humanos, visa induzir o acesso à educação aos grupos que historicamente sofrem processos de exclusão de direitos e por isso são apartados do direito de aprender em escolas de sua comunidade, junto aos pares de sua idade em um meio constituído pela/na diversidade.

Nessa perspectiva, a escola pública deve ser o lugar do encontro com as diferenças, por isso, a sua importância em potencializar a aprendizagem do sujeito num percurso que se realize na relação com o outro. Caso contrário, o capacitismo, o preconceito e o alijamento do processo educacional podem afetar a escolarização do aluno com deficiência, além de prejudicá-lo na trajetória de sua vida escolar, como na continuidade dos estudos.

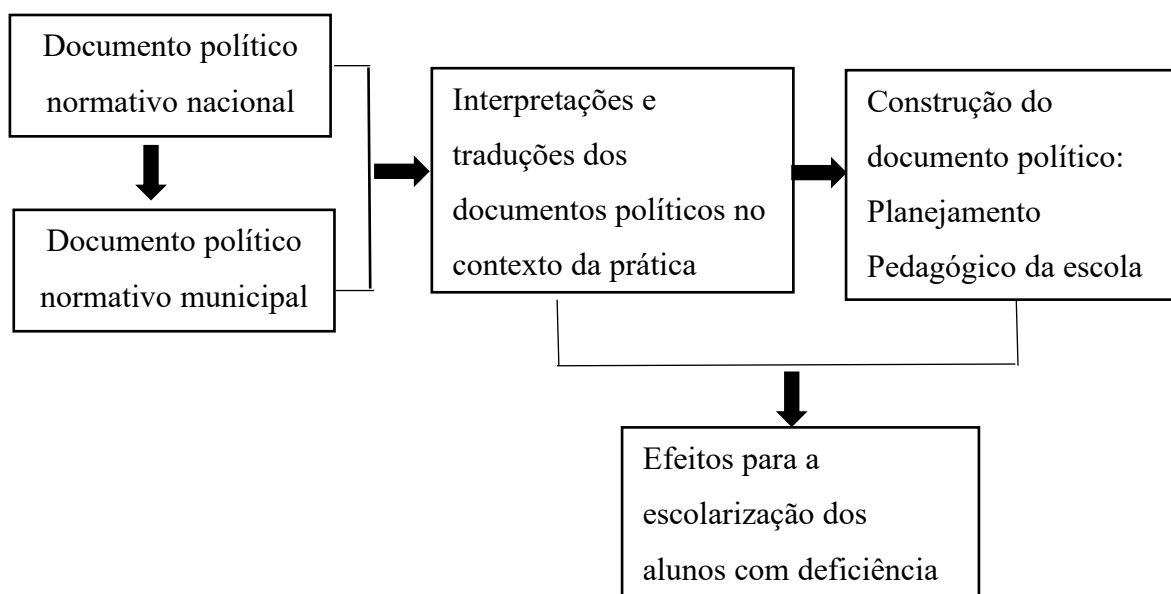
Assim, podemos retornar a política, por um lado, entendendo que ela afeta o contexto escolar e por outro lado vislumbrar como ela é atuada nesse espaço. Com isso, a partir da trajetória do documento político, antes mesmo de sua elaboração, devemos considerar como ele influencia o contexto da prática. Mainardes (2006, p.53), ao citar Ball e Bowe et al., (1992), ele relata que “o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”. Deste modo, o gestor escolar tem papel fundamental no que se refere ao trabalho de atuação política. Esse movimento, para além de ser individual, deve acontecer no âmbito coletivo e dialógico.

Em face do que temos exposto, neste trabalho, como recorte da pesquisa em andamento, objetivamos analisar como as diretrizes políticas explicitadas no documento Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024, construído anualmente, são atuadas no contexto da gestão escolar no tocante a organização e oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE, considerando as traduções e interpretações das políticas nacionais e municipais. Ao nos posicionar sobre esse aspecto, recorreremos a Ball (2006), que emite reflexão relevante sobre as táticas exercidas pelos formuladores de políticas, que na sua concepção, as consideram como soluções e nunca como parte do problema. Na medida em que a política é solução, para o autor, recai o discurso da “culpabilização”, que segundo ele, um conjunto de pesquisas sobre a educação repassa tal narrativa (da culpa) para a escola, para o professor. Com isso, acreditamos que o processo educacional deva ser tratado de forma relacionada com a política e não de maneira apartada. Na próxima seção, situamos o percurso que fizemos para desenvolver este estudo.

2 MÉTODO

Ao longo de dois anos (2023-2024) realizamos a pesquisa com a escola e com documentos político-normativos em nível federal, municipal e da escola. Nesse período mapeamos as políticas de gestão atuadas na escola, num total de dez, com destaques para os eixos de gestão de pessoas, de infraestrutura, de comunicação, de documentos institucionais, de “artefatos políticos”, contratos de trabalho. Esse processo ocorreu a partir da pesquisa com a escola enunciadas em observações do pesquisador, diários de campo individual e coletivo e nas entrevistas semiestruturadas. Uma dessas políticas refere-se ao que denominamos de “política de planejamento e elaboração de documentos institucionais”. Nela se encontra um conjunto de documentos elaborados pela escola, que representam as interpretações e traduções de políticas educacionais nacionais e municipais e postas em ação pela equipe de gestão e pela comunidade escolar. No rol dessa política mapeada, encontra-se aquela que trouxemos para discutir nesse estudo, que se refere ao Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024, construído anualmente pela equipe diretiva (equipe de gestão da escola), a qual mencionamos nos resultados e discussão deste texto, juntamente com os professores. No referido documento há várias pautas, contudo, tivemos como foco de análise o serviço Atendimento Educacional Especializado – AEE. Para dar sustentação ao caminho metodológico proposto, elaboramos o fluxograma, conforme figura 1.

Figura 1: Caminho dos documentos político-normativos até o contexto da prática



Fonte: elaborado pelos autores, 2025

Nota de acessibilidade – descrição da figura. Trata-se de uma figura composta por cinco retângulos. Os dois primeiros: um abaixo do outro, sendo que o de cima diz respeito aos documentos político-normativos nacional e o de baixo refere-se aos documentos político-normativos do município da pesquisa, que são textos políticos, frutos de tensionamentos, de disputas, de discurso e de poder (Ball, 1994). Há uma seta apontada de cima para baixo. Entre os retângulos, do lado direito, existe uma linha, ligando ambos e uma seta apontada para outro retângulo, que diz respeito às interpretações e traduções dos documentos políticos no contexto da prática, o qual aponta uma seta para outro retângulo, que se trata do documento político construído pela equipe diretiva e pelos professores: Planejamento Pedagógico da Escola. Entre esses dois retângulos há uma linha que os une com uma seta para baixo, para outro retângulo, que tem como título: efeitos para a escolarização dos alunos com deficiência.

Após elaboração do fluxograma, seguimos para a sua explicação. Nele, buscamos mostrar que o texto e os discursos políticos circulam desde o nível macro até o nível micro (Ball, 1994), da escola. Na ilustração, intencionamos demonstrar que antes da atuação política no contexto escolar, que deu origem ao seu documento interno, houve, antes a influência de outros situados no plano nacional, quanto no municipal, também influenciado pelo nacional. Como resultado, consideramos que a política pode afetar a escolarização dos alunos com deficiência.

Dito isso, relacionamos os documentos político-normativos que serviram de base para o delineamento do estudo:

Nível Nacional

- Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008;
- Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Resolução nº 4, de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação especial, modalidade educação especial;

Nível Municipal

- Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Educação. Orientações para o início do ano letivo de 2024a. Duque de Caxias, RJ:SME, 2024.
- Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Educação. Orientações para o ano letivo de 2024b. Duque de Caxias, RJ:SME, 2024.

Nível Escolar

- Projeto Político Pedagógico - Planejamento 2024

No que tange ao aspecto teórico, tivemos como base a Teoria de Atuação Política elaborada por Stephen Ball e colaboradores. Trata-se de um autor que tem contribuído para pensarmos a política no contexto escolar de forma crítica e reflexiva. E isso passa pelo texto político, que nos debruçamos neste estudo.

Segundo Ball (1994), as políticas são intervenções textuais na prática; e embora muitos professores (e outros) são leitores proativos, 'escritores' de textos, suas leituras e reações não são construídos em circunstâncias de sua própria autoria. Ele diz que podemos pensar em atuação da política. E questionar como realizá-la no contexto.

Ball (1994), então, nos sinaliza que a edição de textos depende de coisas como compromisso, compreensão, capacidade, recursos, limitações, cooperação e (importante) compatibilidade intertextual. Sobre isso, o autor destaca que quando nos concentramos analiticamente em uma política ou um texto, esquecemos que outras políticas e textos estão em circulação e a promulgação de um pode inibir ou contradizer ou influenciar a possibilidade da promulgação de outros. Para ele, quanto mais ideologicamente e abstrata a política, menos a possibilidade de ser mediada no contexto da prática. Na próxima seção adentramos nos textos políticos para corroborar com o objeto deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na concepção de Ball et al., (2016), os textos políticos não devem ser implementados. Para “eles tem de ser traduzidos a partir do texto para a ação - colocados “em” prática - em relação à história e ao contexto com os recursos disponíveis” (p. 14). Nesse sentido, fizemos a análise de como o documento Projeto Político Pedagógico – Planejamento – 2024 (destacamos como pauta de discussão o serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE) é posto em ação pelos professores e pela equipe diretiva (gestão escolar) - formado pelo diretor, orientadores educacional e pedagógico e pelo dirigente de turno – a partir dos recursos disponíveis na/da escola, sob a influência dos documentos político-normativos originados das áreas federal e municipal.

Antes, porém, cabe ressaltar que a escola pública a qual pesquisamos, no início do ano letivo de 2025, apresentava um quantitativo de 27 professores e 362 alunos

na sala regular, sendo, 60 com deficiência. Isso, representa 16,5% do total de alunos. Aqueles que frequentavam o AEE, correspondiam a 56. A fonte dos dados é da direção escolar.

Em termos de infraestrutura, cabe informar que a escola a qual pesquisamos possui duas salas de recursos multifuncionais, com quatro professoras de AEE. Importante destacar esse ponto, pois a atuação política junto ao AEE sem o espaço físico geraria dificuldade em termos de logística, tendo em vista que deveria acontecer em outra escola mais próxima da residência do aluno que tivesse a sala de recurso. A gestora escolar, nesse aspecto tem atuado para que o trabalho do AEE seja desenvolvido de forma a potencializar a aprendizagem do aluno e deste modo tem se mostrada comprometida em assegurar condições de espaço e de professores especialistas em educação especial. Essa atuação contribui para que todos os alunos possam ser atendidos pelo AEE na própria escola, sem que eles precisem fazer deslocamentos, que poderiam afetá-los na sua participação efetiva nesse espaço. Nessa perspectiva, de acordo com Ball et al., (2016, p.37) “o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor atuações das políticas no âmbito institucional”. Por esse aspecto, entendemos que a atuação política não acontece de forma isolada, mas conectada às condições do contexto.

Dito isso, adentramos nas análises da política atuada em relação à oferta e organização do AEE concernente ao documento outrora informado, levando em consideração que “o que acontece dentro de uma escola em termos de como as políticas são interpretadas e colocadas em ação será mediada por fatores institucionais (Ball et al., 2016, p.23).

Na sequência, trouxemos alguns destaques nos documentos sobre o AEE para entendermos que os textos políticos são resultados de interesses, de influências de grupos e a escola não está isenta das disputas que ocorrem no seu contexto (Mainardes, 2006).

A LDB 9.394/1996, no seu art.4º, item III prevê atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência (Brasil, 1996), contudo não é especificado que tipo de serviço deve ser realizado. O modelo que temos hoje, por muitos denominado de AEE, começa ser estabelecido pelo documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, de 2008, que traz: “O atendimento educacional especializado tem como função

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2008).

No que tange à Resolução nº 4/2009, o art. 5º, ressalta que “O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns” (Brasil, 2009). E, no ao Decreto 7.611/2011, art. 3º, estabelece que os objetivos do AEE são:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2011).

Podemos observar nos trechos dos textos políticos ora descritos, algumas ponderações acerca das funções, objetivos, regras de funcionamento do AEE. Contudo, como diz Ball (2006, p.26), “as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos”. Deste modo, a perspectiva com relação à política não deve ser a de reproduzi-las, mas ressignificá-las no espaço em que ela vai ser trabalhada. Ainda nesse aspecto, para Ball (idem, ibidem), “uma resposta ainda precisa ser construída no contexto, contraposta ou balanceada por outras expectativas”. A escola é esse espaço, no qual as políticas circulam, mas devemos considerar a sua subordinação à Secretaria Municipal de Educação de sua jurisdição, que também atua e elabora documentos para a sua rede escolar. Adiante, seguimos tratando desse assunto.

Assim, no que tange ao documento “Orientações para o início do ano letivo de 2024”, produzido pelo Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional – DAIE, da SME de Duque de Caxias, este departamento orienta para que as equipes diretivas das escolas acolham os alunos público da educação especial e façam a “entrevista preliminar com as famílias para identificação de recursos de acessibilidade e o rastreio de outras necessidades específicas dos estudantes” (Prefeitura Municipal

de Duque de Caxias, 2024a). No que se refere ao tema funcionamento do AEE, a DAIE ressalta a “Participação no Planejamento Coletivo, considerando as especificidades dos estudantes do AEE e a sua efetiva participação em todas as atividades planejadas para o ano letivo de 2024” (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2024a).

A partir do documento político de orientação ora citado, observamos que o Departamento de Acessibilidade e Inclusão Educacional – DAIE, é o setor da SME responsável por fazer a ponte com a escola em relação à efetivação da matrícula do aluno com deficiência na turma de AEE. Cabe também a este departamento, conforme referido documento ter ciência no ano letivo sobre as matrículas e o funcionamento do AEE. Nesse sentido, a equipe diretiva, atua no sentido de fazer os registros (momento de acolhimento dos alunos e responsáveis, informações sobre o funcionamento da sala de recursos, lista de presença) para que essa demanda seja contemplada e posteriormente enviada ao DAIE. Além disso, este Departamento coordena a elaboração dos modelos dos formulários relacionados ao AEE, que devem ser trabalhados no cotidiano escolar. No período que estivemos na escola, em diálogo com a equipe diretiva, pudemos observar a partir das falas que a escola utiliza esses formulários e as professoras do AEE, quando necessário frequentam a sala comum para em conjunto com o professor regente realizar um trabalho colaborativo. Entretanto, não podemos afirmar que essa prática é trabalhada de forma ampla na escola, tendo em vista que existem as contradições nos espaços escolares, em que professores agem politicamente contrário a participação de alunos com deficiência nas salas regulares. Como já dissemos, anteriormente, a escola é uma arena de disputas, o que significa dizer que possa existir grupos no âmbito escolar com vertentes políticas divergentes.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024, que deve ser atualizado anualmente, trata-se de um “instrumento orientador das práticas educativas desenvolvidas nas unidades de ensino através de ações coletivas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas definidos pela comunidade escolar” (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2024b). Esse documento, ao final de sua elaboração deve ser enviado para o Departamento de Acompanhamento as Instituições do Sistema de Ensino – DAISE/CSOE, da SME de Duque de Caxias, para que este departamento faça a sua devida análise. Por esse aspecto, em que pese a autonomia da escola, a sua atuação está sob o controle de órgão superior.

No Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024, há pouca menção sobre o AEE. Numa delas inferimos a falta de tempo para planejamento do trabalho integrado entre a Professora Regente e a professora do AEE e a outra refere-se a discussão do trabalho do AEE, que conforme escrito no documento não deveria se limitar ao atendimento do aluno.

Nesse contexto, temos que situar o trabalho do AEE no espaço escolar como complexo, na medida em que o professor especialista lida com várias variáveis, desde o acesso ou não a equipamentos e materiais para o trabalho pedagógico com o aluno até a disponibilidade de tempo do professor regente para realização de um trabalho colaborativo.

Em continuidade com a nossa discussão sobre a o AEE, conforme já informado neste texto, a Resolução 04/2009, prevê o seu atendimento, “prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização” (Brasil, 2009) Contudo, no contexto da prática, a equipe diretiva, quando necessário e levando em consideração algumas circunstâncias que ocorram na escola e em comum acordo com os responsáveis, pode acontecer que o aluno com deficiência frequente o AEE no horário da aula regular. Tal situação foi registrada por várias pesquisadoras do projeto no diário de campo coletivo durante o processo de observação/atuação.

Essa estratégia de atuação da política ocorre devido as condições de vida dos alunos matriculados na escola, em especial no tocante: a logística de transporte, pois eles dependem dele para a locomoção escola-casa, casa-escola; atendimentos clínicos por órgãos intersetoriais, dentre outras. Essa situação se faz presente no cotidiano escolar, para que o aluno possa participar das atividades complementares ou suplementares no AEE, conforme o caso, de maneira a contribuir com a sua aprendizagem.

De modo geral, temos refletido cada vez mais, com a leitura de Ball e seus colaboradores no sentido de que o binarismo não deve ser relacionado com a política, na medida em que ela é atuada. Por isso, formuladores de políticas, como os gestores, os professores devem entender que “a maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar” (Ball, 2001, p.102). Isso contribui para um posicionamento crítico dos atores da escola acerca da política no transcórre do seu processo, antes mesmo do texto formalizado até adentrar no âmbito escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que pesquisamos a circulação das políticas na escola e como elas são postas em ação pela gestão escolar e pelos atores que dela fazem parte, compreendemos como as políticas afetam a escolarização dos alunos com deficiência. Falamos disso, porque os formuladores de políticas como o gestor escolar, o professor, as interpretam e as traduzem no contexto da prática (Ball et al, 2016), que de certa forma pode potencializar os trabalhos pedagógicos e outras ações educacionais na escola. “No entanto, a elaboração de políticas, ou melhor, a atuação é muito mais sutil e, às vezes mais incipiente do que o puro binário de decodificação e recodificação indica” (Ball et al., 2016, p.14).

A constituição de textos políticos no cotidiano escolar não é algo simples, mas complexo. Notamos que a escola a qual pesquisamos formulam políticas no seu cotidiano, contudo, tem dificuldade em mensurá-las. Por outro lado, existem os contratempos e os encontros para que as políticas emergem no contexto da escola, tendo em vista a necessidade do engajamento e do envolvimento dos seus atores e do posicionamento político de instâncias superiores, como a Secretaria Municipal de Educação, no estudo em tela. O AEE, eixo que recortamos do documento do Projeto Político Pedagógico – Planejamento 2024 para este estudo, não se trata de uma tarefa simples, pois envolve infraestrutura física, material pedagógico para o trabalho, professores da educação especial, integração com as professoras regentes e com os responsáveis dos alunos com deficiência.

De uma forma geral, “entender e documentar as inúmeras formas na qual a política é colocada em ação nas escolas é um processo um pouco evasivo e complicado (Idem, p.15). Por isso, a importância do gestor em envolver toda a comunidade escolar com as demandas que ela apresenta, para juntos atuarem a política, de maneira a ir ao encontro de ações que abarquem a coletividade, a justiça social e prime pela diversidade.

Por um lado, temos ciência da potencialidade da escola pública, por outro lado sabemos que ela não é um espaço isolado, que embora tenha autonomia, tem limitações, por isso, as suas ações são relacionais e nesse sentido, a política afeta esse espaço.

REFERÊNCIAS

- Ball, Stephen J.; Education Reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.
- Ball, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.
- Ball, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.
- Ball, Stephen J.; Maguire, Meg; Braun, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016
- Brasil. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em 01/06/2025.
- Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em

https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf, acesso em 16/07/2025

Brasil. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm, acesso em 16/07/2025.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados Censo 2022. Disponível em: ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html. Acesso em 01/06/2025

Mainardes, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Mainardes, Jefferson. Entrevista como o professor Stephen J. Ball. Olhares, Guarulhos, v.3, n.2, p.162-171, nov.2015.

Mignot Ana Chrystina. Razões para comemorar: o legado das festas de aniversário da centenária Escola Regional de Merity. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 12-28, set./dez. 2021.

Paro, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. Educ. Soc., Campinas, vol 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009

Paro, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

Pletsch, Marcia Denise; Souza, Flávia Faissal. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio 2021.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Lei 2713. Aprova a adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação para o Decênio 2015/2025 e dá outras providências. Câmara Municipal de Duque de Caxias, 30 de junho, 2015.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Educação. Orientações para o início do ano letivo de 2024a. Duque de Caxias, RJ:SME, 2024.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Educação. Orientações para o ano letivo de 2024b. Duque de Caxias, RJ:SME, 2025.

Schneckenberg, Marisa. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. RBPAE, v.25, n.1, p. 115-137, jan./abr. 2009.